



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PAG. 27
Ass: E

JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de software em apoio às atividades de gestão do Município de Barreirinhas – MA.

É sabido que com o advento da Lei nº 10.520/02, que institui a modalidade pregão, e do novo Decreto nº 10.024/19, que revoga e atualiza as diretrizes para utilização do pregão eletrônico, é dever do gestor utilizar os regramentos supracitados na aquisição de bens, serviços comuns serviços comuns de engenharia.

Por sua vez, com a publicação do Decreto nº 10.024/19, entende-se que se iniciou uma atualização das normas e procedimentos realizados na forma eletrônica, com o objetivo de garantir maior competitividade, eficiência, transparência e grande economia de recursos e de tempo na aquisição de bens e serviços.

Insta ressaltar que a essência das duas formas é praticamente a mesma, divergindo, no entanto, em determinados procedimentos específicos, bem como a inexistência de presença física dos licitantes e pregoeiros, considerando que todo o procedimento é realizado na internet.

Sobre a utilização do pregão presencial, cita-se o Acórdão TCU nº 2.789/2013 – Plenário. Vejamos:

1. A adoção do pregão presencial sem estar justificada e comprovada a inviabilidade na utilização da forma eletrônica, não acarreta, por si só, a nulidade do procedimento licitatório, desde que constatado o atendimento ao interesse público consubstanciado na verificação de competitividade no certame com a consequente obtenção do preço mais vantajoso.

(...)

(i) a obrigatoriedade, a priori, da utilização da forma eletrônica 'fundada tão somente no decreto presidencial e não na lei, não tem o condão, por si só, de acarretar a nulidade do procedimento licitatório, quando verificado o atendimento ao interesse público por meio do pregão presencial, consubstanciado na verificação de competitividade no certame com a consequente obtenção do preço mais vantajoso para a Administração'; e (ii) 'a forma será inafastável somente quando restarem violados os princípios que se pretende verem garantidos por meio da licitação'.

No processo em referência a utilização do pregão eletrônico não é obrigatório para o município, pois os recursos que financiarão a despesa não são decorrentes de transferências voluntárias



PAG. 28
Ass: [Signature]

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

(convênios e contratos de repasse) da União, mas sim, provenientes de arrecadação e transferências constitucionais.

Barreirinhas, 06 de maio de 2021,

Iolanda Santos David
Iolanda Santos David
Secretária Municipal de Administração